



Número: **0800341-13.2019.8.15.0461**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Solânea**

Última distribuição : **17/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ANTONIO DA COSTA FILHO (AUTOR)		TIAGO JOSE SOUZA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20617831	17/04/2019 08:57	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
20617873	17/04/2019 08:57	<u>1 - Inicial Cobrança - DPVAT - José antonio x Seguradora Lider</u>	Informações Prestadas
20617879	17/04/2019 08:57	<u>2 - Procuração e Docs Pessoais ok</u>	Procuração
20617889	17/04/2019 08:57	<u>3 - Requerimento Administrativo</u>	Documento de Comprovação
20617897	17/04/2019 08:57	<u>4 - Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo - Consulta</u>	Documento de Comprovação
20617909	17/04/2019 08:57	<u>5 - Negativa Lider</u>	Documento de Comprovação
20617925	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario Medico parte 1</u>	Documento de Comprovação
20617941	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 1</u>	Documento de Comprovação
20617943	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 2</u>	Documento de Comprovação
20617964	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 3</u>	Documento de Comprovação
20617972	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 4</u>	Documento de Comprovação
20618229	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 5</u>	Documento de Comprovação
20618236	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 6</u>	Documento de Comprovação
20618249	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 2-otimizado 7</u>	Documento Termo de Fiança
20618260	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 1</u>	Documento de Comprovação
20618271	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 2</u>	Documento de Comprovação
20618469	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 3</u>	Documento de Comprovação
20618470	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 4</u>	Documento de Comprovação
20618478	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 5</u>	Documento de Comprovação

20618 479	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 6</u>	Documento de Comprovação
20618 486	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 7</u>	Documento de Comprovação
20618 488	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 8</u>	Documento de Comprovação
20618 498	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 3-otimizado 9</u>	Documento de Comprovação
20618 501	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 4-otimizado 1</u>	Documento de Comprovação
20618 509	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 4-otimizado 2</u>	Documento de Comprovação
20618 512	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 4-otimizado 3</u>	Documento de Comprovação
20618 525	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 4-otimizado 4</u>	Documento de Comprovação
20618 530	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 5-otimizado 1</u>	Documento de Comprovação
20618 537	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 5-otimizado 2</u>	Documento de Comprovação
20618 548	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 5-otimizado 3</u>	Documento de Comprovação
20618 555	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 5-otimizado 4</u>	Documento de Comprovação
20618 558	17/04/2019 08:57	<u>Prontuario médico parte 5-otimizado 5</u>	Documento de Comprovação
20745 813	24/04/2019 08:11	<u>Despacho</u>	Despacho

Petição em PDF

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE SOLÂNEA – ESTADO DA PARAÍBA**

**JOSÉ ANTONIO DA COSTA FILHO**, brasileiro, portador do RG nº 3043297 e CPF sob o nº 458.057.504-06, residente e domiciliado no Sítio Malhada, S/N, Zona Rural de Solânea-PB, por intermédio de seu advogado regularmente constituído nos termos do instrumento procuratório anexo, vem perante Vossa Excelência para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) NOS TERMOS  
DA LEI Nº 6.194, ALTERADA PELAS LEIS Nº 11.482/07 E Nº 11.945/2009**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº **09.248.608/0001-04**, com endereço para receber citação e intimação na Rua Senador Dantas, 74 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

**I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente o Promovente vem requerer os benefícios da Justiça Gratuita, presentes no art. 2º, parágrafo único da Lei 1.050/60, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato não poder arcar com as custas e emolumentos judiciais sem prejudicar o sustento próprio ou da família.

**Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB**

**Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778**

**E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com**

**Página | 1**

## II – DOS FATOS

O Promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 26 de Junho de 2017, sofreu acidente de moto, sendo o mesmo socorrido pelo SAMU para o hospital de Trauma de Senador Humberto Lucena, onde ficou internado por alguns dias, tendo o sofrido diversos traumas pelo corpo, inclusive na região da Cabeça conforme Prontuário Médico em anexo.

É bom ressaltar que o promovente ficou com algumas sequelas em virtude do acidente ocorrido, **resultando em uma debilidade de caráter permanente.**

Ainda, em virtude dos procedimentos realizados e as lesões que o Promovente teve, o mesmo precisou comprar inúmeros medicamentos, conforme verifica-se pelas notas fiscais anexo.

**NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2018, O PROMOVENTE REQUEREU ADMINISTRATIVAMENTE O SEU DIREITO JUNTO A SEGURADORA, COMPROVANTE EM ANEXO. OCORRE, QUE PASSADO ALGUNS MESES FORAM SOLICITADOS NOVOS DOCUMENTOS.**

**SALIENTA-SE EXCELÊNCIA, QUE AO REALIZAR A CONSULTA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO NO SITE DA SEGURADORA DEMANDADA, O MESMO NÃO APARECE NADA.**

Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito a indenização referente ao seguro DPVAT.

## III – DO DIREITO

### a) DO PRÉVIO REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA

Conforme verifica-se na documentação anexa, a **Parte Promovente preencheu formulário de requerimento junto a agência de correios no dia 29 DE Outubro de 2018, enviando juntamente com o requerimento todos os documentos necessários para o recebimento dos valores referentes ao seguro, ocorre, que passado alguns meses foram solicitados novos documentos.**

**Passados alguns dias, mas precisamente 06 (seis) meses, não houve qualquer resposta por parte da Demandada, como também o pagamento do Seguro.**

Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB  
Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778  
E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com

Página | 2

Importante salientar, que ao realizar a consulta na situação de seu processo no site da empresa demandada, está não consta nada, em anexo.

Assim, tendo em vista a demora injustificada quanto ao pagamento de seu Seguro, resta mais do que demonstrado o **INTERESSE DE AGIR**, esse é o entendimento de nossos Tribunais, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SUSPENSÃO DO PROCESSO. NECESSIDADE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DETERMINAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO. PRECEDENTE DO STF. MANUTENÇÃO. Atualmente exige o eg. STF a comprovação do pedido prévio administrativo de cobrança do seguro DPVAT, junto à Seguradora, para só então constatar o interesse de agir do segurado, ao ingressar com o pedido judicial. Revendo o posicionamento antes adotado, embora não seja necessário o esgotamento das vias administrativas, **DEVE-SE CONSIDERAR NECESSÁRIA A FORMULAÇÃO DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PELO SEGURADO, BEM COMO A RECUSA DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, OU A DEMORA INJUSTIFICADA NA RESPOSTA, A FIM DE QUE SE CONFIGURE O INTERESSE DE AGIR PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO.** (TJMG - AI: 10452150065202001, Relator: ALBERTO HENRIQUE, Data de Publicação: 04/03/2016) (grifo nosso)

Nessa esteira, tendo em vista a demora injustificada por parte da Demandada em não dar uma resposta quanto ao direito do Promovente, fica claro o esgotamento da via administrativa para se pleitear a Ação de Cobrança do seguro DPVAT.

#### **b) DA LEGITIMIDADE ATIVA “AD CAUSAM”**

O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB

Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778

E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com

Página | 3

A redação atual do §3º do artigo 4º da Lei nº 6.194/74, após modificação provocada pela Lei nº 11.482/2007 que regula o seguro obrigatório aduz que:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente a vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

No caso em análise, é direito do Promovente, vítima do acidente, receber uma indenização por danos pessoais ante ao seu grave estado de saúde, ou melhor, devido aos danos que lhe foram causados pelo acidente sofrido.

#### **c) DA LEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”**

O art. 7º da Lei nº 6.194/74, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no polo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Nesse sentido também dispõe a Resolução do CNSP nº 154/2006:

#### **Art. 5º (...)**

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

#### **d) DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

**Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB**

**Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778**

**E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com**

**Página | 4**

O Art. 5º da Lei 6.194/74 relata que o pagamento da indenização referente ao seguro obrigatório será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

**Art. 5º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

**Art. 7º- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.**

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas, diferentemente do que exige a demandada em suas respostas administrativas. Isto posto, é forçoso concluir que independe do pagamento do prêmio do seguro obrigatório

A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

**“STJ. Súmula 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

De tal forma que seguem **anexos** à presente ação todos os comprovantes das despesas do tratamento médico realizado na vítima, laudos médicos afirmando inequivocamente

**Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB**  
**Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778**  
**E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com**

**Página | 5**



a invalidez, além do registro policial do acidente de trânsito que ocasionou danos pessoais ao Promovente.

#### e) DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

A vigente redação da Lei nº 6.194/74 resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) (grifo nosso)**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009).

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela

Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB

Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778

E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com

Página | 6

anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).

Diante do exposto, requer que a parte Promovida seja condenada por Vossa Excelência, **a pagar uma indenização ao promovente no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devido a lesão ter deixado sequelas no Promovente**, de acordo com o Art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

## f) DA PERÍCIA

Diante da situação fática, sendo imprescindível a realização da prova pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (a) perito (a):

- a) Quais as lesões sofridas pelo Promovente?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Essas lesões tornaram algum membro ou função deficiente? Totalmente ou em parte? Em que percentual?
- d) Das lesões resulta incapacidade para o trabalho? A incapacidade é temporária ou permanente?
- e) Das lesões resultam redução da capacidade laboral?
- f) A incapacidade se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetado ou é incompleta?
- g) No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacidade laborativa é intensa, média, leve?

Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB

Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778

E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com

Página | 7

ASSIM, A PARTE AUTORA DESDE JÁ SOLICITA A VOSSA EXCELÊNCIA QUE DETERMINE A REALIZAÇÃO DA PERICIA MÉDICA, JUNTO AO IML DA CIDADE GUARABIRA, PARA ATESTAR O GRAU DE INCAPACIDADE DA PARTE PROMOVENTE.

#### IV – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Quanto a audiência de Conciliação, trazida pelo Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo de n.º 334 e seguintes, observa-se que a mesma é opcional, devendo desde logo a parte Autora indicar o seu desinteresse na autocomposição, nos termos do § 5º do Artigo retro mencionado.

Portanto, a parte Autora informa a este Douto Juízo, que não tem interesse na Audiência de Conciliação do Artigo 334 do Novo código de Processo Civil.

#### V – DOS PEDIDOS

Diante do que foi exposto, requer o Promovente, que Vossa Excelência se digne em:

a) **DEFERIR o benefício da Justiça Gratuita**, vez que se afirma ser pobre nos termos da lei, não possuindo condições de arcar com custas e emolumentos processuais sem comprometer os rendimentos próprios e familiar.

b), **CITAÇÃO DO REÚ**, através do seu representante legal, para **OFERECER CONTESTAÇÃO, NO PRAZO DE LEI**, sob pena de revelia da matéria fática. Tendo em vista a Parte Autora ter optado pela não realização da Audiência de Conciliação, prevista no Artigo 334 do Novo Código de Processo Civil, nos termos do § 5º do artigo retro mencionado.

c) Que Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Promovente, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: **“a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”**.

d) Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Promovida a pagar ao Promovente uma indenização no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devido a lesão ter deixado sequelas no Promovente, acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43

Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB  
Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778  
E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com

Página | 8

e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, desde a época do evento danoso, ou seja, dia 22/12/2012.

e) Que seja determinado por Vossa Excelência a realização da Perícia Médica, junto ao IML da cidade Guarabira, para atestar o grau de incapacidade da Parte Promovente.

f) Condenar a Ré ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais sobre o valor atualizado da condenação;

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova pericial, documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos, oitivas de testemunhas e perícia, se entender necessário.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, meramente para efeitos fiscais.

Nesses termos,  
Pede e Espera Deferimento.  
Solânea - PB, 16 de Abril de 2019.

**TIAGO JOSÉ SOUZA DA SILVA**  
**OAB/PB 17.301**

**Rua Cândido de Souza, 474, 1º andar, Centro, CEP: 58.225-000, Solânea-PB**  
**Fones: (83) 9186-7497 / (83) 9659-4778**  
**E-mail: tiago\_j\_souza@hotmail.com**

**Página | 9**